

Realização



Selo Acadêmico



Gestão Técnica



Delegações de Prefeituras Municipais  
Somar experiências para dividir conhecimentos

Certificação Acadêmica

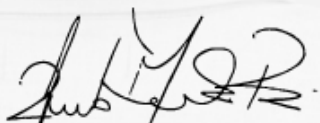


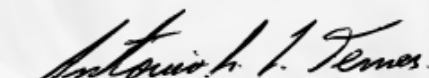
# Certificado

Certificamos que

**ELISANDRA CARLOTO SACIOTO**  
participou do **Curso On-line sobre Impactos da Reforma da Previdência (EC 103/2019) nos Municípios: providências legislativas e administrativas necessárias, prazos para conclusão e consequências do seu descumprimento**, realizado no dia 10 de março de 2021, totalizando 04 horas-aulas.

Porto Alegre, 10 de março de 2021.

  
**Armando Moutinho Perin**  
Diretor Técnico  
DPM Educação

  
**Antônio Roberto Lausmann Ternes**  
Diretor Geral  
Faculdades Integradas Machado de Assis

## Conteúdo Programático

### 1. ALÍQUOTAS DE CONTRIBUIÇÃO AO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS

- 1.1 Cota do município
- 1.2 Cota dos servidores ativos
- 1.3 Cota dos inativos e dos pensionistas
- 1.4 Contribuição normal
- 1.5 Contribuição para amortizar o passivo atuarial
- 1.6 Contribuição extraordinária dos servidores ativos, inativos e pensionistas
- 1.7 Alíquota linear
- 1.8 Alíquota progressiva
- 1.9 Limites mínimos para fixação das alíquotas
- 1.9.1 Contribuição dos servidores da União
- 1.9.2 Alíquotas aplicáveis ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS
- 1.10. Definição da base de cálculo para a incidência das contribuições
- 1.11 Necessidade da edição de lei
- 1.12 Prazo para conclusão dos ajustes

### 2. CUSTEIO DOS BENEFÍCIOS ACESSÓRIOS (auxílio-doença, salário-maternidade, salário-família e auxílio-reclusão)

- 2.1 Natureza dos benefícios estabelecida pela EC 103/2019
- 2.2 Vedação ao pagamento com recursos previdenciários
- 2.3 Impactos orçamentários, financeiros e fiscais
- 2.4 Adequações necessárias na legislação local
- 2.5 Prazo para a conclusão dos ajustes

### 3. REGRAS PARA CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO AOS SERVIDORES MUNICIPAIS VINCULADOS AO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS

- 3.1 Absorção das regras estabelecidas pela EC 103/2019: medida facultativa
- 3.2 Medidas legislativas e administrativas necessárias para a absorção das regras estabelecidas pela EC 103/2019
- 3.3 Regras a serem aplicadas para a concessão aposentadoria e pensão pelo município até a absorção das novas regras estabelecidas pela EC 103/2019

### 4. REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

- 4.1 Compulsoriedade da sua instituição
- 4.2 Medidas legislativas e administrativas necessárias
- 4.3 Prazo para a instituição

### 5. ABONO DE PERMANÊNCIA

- 5.1 Absorção das regras estabelecidas pela EC 103/2019: medida facultativa
- 5.2 Alternativas possíveis
- 5.3 Medidas legislativas e administrativas necessárias
- 5.4 Regras a serem aplicadas para a concessão de abono de permanência pelo município até a absorção das novas regras estabelecidas pela EC 103/2019

### 6. INSTITUTO DA READAPTAÇÃO

- 6.1 Novas regras estabelecidas pela EC 103/2019
- 6.2 Medidas legislativas e administrativas necessárias
- 6.3 Reflexo na vida funcional dos servidores

### 7. DESLIGAMENTO DO SERVIDOR APOSENTADO PELO REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL – RGPS

- 7.1 Novas regras estabelecidas pela EC 103/2019
- 7.2 Aplicabilidade das novas regras

### 8. COMPLEMENTAÇÃO DE PROVENTOS E PENSÕES CONCEDIDAS PELO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RGPS

- 8.1 Proibição determinada pela EC 103/2019
- 8.2 Medidas legislativas e administrativas necessárias
- 8.3 Impacto nos benefícios dos servidores

### 9. INCORPORAÇÃO DE VANTAGENS TEMPORÁRIAS OU VINCULADAS AO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA OU CARGO EM COMISSÃO À REMUNERAÇÃO

- 9.1. Proibição determinada pela EC 103/2019
- 9.2 Medidas legislativas e administrativas necessárias
- 9.3 Impacto nos benefícios dos servidores

### 10. OUTRAS INOVAÇÕES ESTABELECIDAS PELA EC 103/2019 E COM IMPACTO NA GESTÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA – RPPS DO MUNICÍPIO

### 11. CONSEQUÊNCIAS DA NÃO ADEQUAÇÃO DO MUNICÍPIO ÀS NOVAS REGRAS ESTABELECIDAS PELA EC 103/2019

**Instrutor:** Júlio César Fucilini Pause.

A DPM EDUCAÇÃO E AS FACULDADES INTEGRADAS MACHADO DE ASSIS - FEMA, CREDENCIADA PELA PORTARIA DO MEC Nº 833/2001, INFORMAM QUE O PRESENTE CERTIFICADO FOI REGISTRADO PELO CÓDIGO Nº 89250.

PORTO ALEGRE, 10 DE MARÇO DE 2021.

DULCELENA LENZ  
DIRETORA ADMINISTRATIVA  
DPM EDUCAÇÃO

**Carga Horária: 04 horas-aula**  
**Frequência Efetiva: 100,00%**

SEGUNDA VIA - VERSÃO ELETRÔNICA

